



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal  
Diretoria de Aquisições  
Central de Compras

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

### SENHORES LICITANTES:

**OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**CONSIDERANDO A ADOÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO PELA SES/DF, SUGERIMOS QUE AS EMPRESAS EFETUEM O CADASTRO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI) NO [www.portalsei.df.gov.br](http://www.portalsei.df.gov.br)**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 260/2023  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMPLA CONCORRÊNCIA

O Distrito Federal, por meio da da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, sediada no SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, de acordo com o regulamentado pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 (Recepcionado no Distrito Federal por meio do Decreto nº 40.205/2019), Lei Distrital nº 6.112/2018, Lei Distrital nº 5.525/2015 Decretos Distritais nº 36.520/2015, Decreto nº 39.860/2019, 39.453/2018, nº 39.978/2019, nº 26.851/2006, nº 35.592/2014, Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017/MPOG, (recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018), Portaria SES-DF nº 170/2018, Portaria SEC/DF nº 514/2018, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, observando a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 4.611/2011 e Decreto Distrital nº 35.592/2014, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será conduzida por Pregoeiro designado, mediante DECRETOS DE 19 DE JULHO DE 2023, publicado no DODF nº 136, de 20 de julho de 2023, p. 23, e será realizada por meio de Sistema Eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), de acordo com a indicação abaixo:

Processo SEI-GDF nº 00060-00458527/2022-20

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Data de abertura: 13/09/2023

Horário: 8h30 (horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Código UASG: 926119

Valor previsto para contratação: **R\$ 611.012,79 (seiscentos e onze mil doze reais e setenta e nove centavos)**

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 57 (cinquenta e sete) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital.

1.2. Integram este Edital todos os seus Anexos.

1.3. Confira-se no quadro abaixo maiores detalhes e especificações acerca dos itens/lotos objeto do presente certame:

#### AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
1	22764	13943	Aquisição de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente.	UN	1

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

#### VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

PLACA	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	RENAVAM	CHASSI	ANO	QUANTIDADE
PBW3134	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466506	8AC906633KE171525	2019	1
PBW3135	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466697	8AC906633KE171528	2019	1
PBW3136	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467324	8AC906633KE171530	2019	1
PBW3137	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467510	8AC906633KE172157	2019	1
PBW3138	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467626	8AC906633KE172227	2019	1
PBW3139	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467847	8AC906633KE172447	2019	1
PBW3140	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467952	8AC906633KE172529	2019	1
PBW3141	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466185	8AC906633KE171446	2019	1
PBW3132	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205465828	8AC906633KE171432	2019	1
PBW3133	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466298	8AC906633KE171443	2019	1
PBW3131	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1204992042	8AC906633KE171291	2019	1
PAN9877	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072507959	93YMAFELRGJ956973	2015	1
PAN9878	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072505777	93YMAFELRGJ956937	2015	1
PBS2712	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139502554	8AC90663JE139606	2017	1
PBS2713	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139505260	8AC90663JE139607	2017	1
PBS2714	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139507220	8AC90663JE139654	2017	1
PBS2715	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139511111	8AC90663JE139655	2017	1
PBS2716	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139511677	8AC90663JE139656	2017	1
PBS2717	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139512339	8AC90663JE139657	2017	1
PBS2718	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139513599	8AC90663JE139660	2017	1
PBS2719	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139516857	8AC90663JE140156	2017	1
PBS2720	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139517454	8AC90663JE140214	2017	1
PBS2721	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139517870	8AC90663JE140335	2017	1
PBS2722	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139518345	8AC90663JE140768	2017	1
PBS2723	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139518760	8AC90663JE140769	2017	1
PBS2724	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519163	8AC90663JE141008	2017	1
PBS2725	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519562	8AC90663JE141009	2017	1
PBS2726	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519910	8AC90663JE141010	2017	1
PBS2727	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139520420	8AC90663JE141067	2017	1
PBS2729	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139520846	8AC90663JE141121	2017	1
PBS2730	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139521281	8AC90663JE141125	2017	1
PBS2731	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139521745	8AC90663JE141127	2017	1
PBS2728	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139541347	8AC90663JE136634	2017	1
PBS2734	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139543609	8AC90663JE136583	2017	1
PBS2732	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1124983306	8AC90663JE136762	2017	1
PBS2733	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139542955	8AC90663JE136580	2017	1
SGO7112	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323053430	8AC907643NE216829	2022	1
SGO7J24	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996897	8AC907643NE214250	2022	1
SGO8A21	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322672595	8AC907643NE208331	2022	1
SGO8B93	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322980699	8AC907643NE210866	2022	1
SGO8C08	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322993952	8AC907643NE213000	2022	1
SGO8G45	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322985747	8AC907643NE216827	2022	1
SGO8G47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322987685	8AC907643NE216822	2022	1
SGO8G55	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322990597	8AC907643NE216820	2022	1
SGO8G60	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322991585	8AC907643NE214256	2022	1
SGO8G63	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322992808	8AC907643NE214255	2022	1
SGO8G66	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994126	8AC907643NE214254	2022	1
SGO8G69	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994398	8AC907643NE214181	2022	1
SGO8G72	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994894	8AC907643NE214246	2022	1
SGO8G75	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995408	8AC907643NE214247	2022	1
SGO8G77	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1352996110	8AC907643NE214253	2022	1
SGO8G78	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995769	8AC907643NE214248	2022	1
SGO8G80	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996269	8AC907643NE214249	2022	1
SGO8G84	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997516	8AC907643NE214252	2022	1
SGO8G85	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997397	8AC907643NE214251	2022	1
SGO8I47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323055964	8AC907643NE216833	2022	1
SGO8I52	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323058025	8AC907643NE208329	2022	1
<b>TOTAL DE VEÍCULOS</b>							<b>57</b>

## 2. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

### ESCLARECIMENTOS

- 2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).
- 2.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. (§1º, art. 23, Decreto nº 10.024/2019).
- 2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e vincularão os participantes e a administração. (§2º, art. 23, Decreto nº 10.024/2019).

### IMPUGNAÇÕES

- 2.4. Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregoão, na forma eletrônica, pelo endereço: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br). (Art. 24, Decreto nº 10.024/2019).
- 2.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, cujas respostas serão divulgadas pelo sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). (§1º do art. 24, Decreto nº 10.024/2019).
- 2.6. Modificações no edital, no caso de acolhimento de impugnações ou esclarecimentos, serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (Art. 22, Decreto nº 10.024/2019).
- 2.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro nos autos do processo. (§2º do Art. 24, Decreto nº 10.024/2019).

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

#### 3.1. Poderão participar deste Pregão:

##### 3.1.1. Referente aos itens/lotos :

3.1.1.1. Empresário individual ou sociedade empresária do ramo de atividade do objeto desta licitação, que atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

3.1.1.2. Para os itens destinados à ampla concorrência, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, art. 3º da referida Lei Complementar.

3.2. Nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e Lei Distrital nº 4611, de 2011, não será dado tratamento diferenciado por não haver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, combinado com o Art. 24 do Decreto - Lei nº 73 de 21/11/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, conforme previsão contida no item 3.3 do Termo de Referência, anexo I deste edital.

3.3. Somente poderão participar desta licitação pessoa jurídica que esteja credenciada perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia (SLTI), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (inciso I Art. 19, Decreto nº 10.024/2019)

3.4. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.5. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

3.5.1. Pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.5.2. Pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.5.3. Pessoa jurídica declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como a que esteja punida com SUSPENSÃO do direito de licitar ou contratar no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/1993 (Parecer Jurídico SEI-GDF nº 373/2018 - PGDF/GAB/PRCON e Art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006) e Parecer nº 618/2018- PGCONS/PGDF;

3.5.4. Pessoa Jurídica IMPEDIDA de licitar e contratar com o Distrito Federal, de que trata o art. 7º da Lei 10.520/2002. (PARECER Nº 373/2018-PRCON/PGDF)

3.5.5. Pessoa jurídica estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.5.6. Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução, falência, concurso de credores e liquidação (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF - 00060-00362229/2020-73 - ID SEI 112861425).

3.5.6.1. Empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, poderá participar da licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.5.7. Consórcio de empresas qualquer que seja sua forma de constituição, pois não há complexidade no objeto e pessoas físicas não empresárias;

3.5.8. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

a) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

b) agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, conforme art. 8º do Decreto Distrital nº 32.751/2011, alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.

c) As vedações estendem-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.5.9. Direta ou indiretamente, o agente público ou dirigente que integre a SES/DF ou pregoeiro e sua equipe de apoio, responsáveis pela licitação.

3.5.9.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica, e do pregoeiro e de sua equipe de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

3.5.10. A vedação do item 3.5 se aplica também nas seguintes condições:

3.5.10.1. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

- 3.5.10.2. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.5.10.3. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.5.11. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- 3.5.12. Pessoa jurídica que utilize mão de obra infantil em qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013).

#### 4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se previamente no SICAF, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SES/DF ser responsabilizada por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 4.5. Caberá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.6. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular (com reconhecimento de firma) e/ou público de procuração, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.6.1. Será dispensada o reconhecimento de firma no instrumento particular com a confrontação da assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário. (Lei nº 13.726/2018 - Inciso I Art. 3º)
- 4.7. Caso reste dúvida quanto a veracidade do documento de procuração, ou do de identificação, o pregoeiro poderá requisitar outros meios de prova.
- 4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados nos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.9. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 4.10. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

#### 5. DA PROPOSTA

- 5.1. Após a divulgação do edital no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública. (Art. 26, Decreto nº 10.024/2019)
- 5.2. A proposta deverá conter:
- 5.2.1. O preço unitário e total, com até duas casas decimais, para cada subitem que compõe o item cotado, especificados no quadro constante do item 1.3 deste Edital, bem como o valor global da proposta, expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste Pregão.
- 5.2.2. A descrição detalhada do serviço e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.
- 5.3. Após a abertura da sessão pública não serão recebidas novas propostas e documentos de habilitação. (§1º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)
- 5.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. (§6º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019).
- 5.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem devidamente regularizados no SICAF. (§2º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)
- 5.6. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. (§4º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019);
- 5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos legais para a qualificação e que está apta a usufruir do tratamento favorecido, nas condições do Estatuto Nacional da ME e da EPP, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no § 4º do referido artigo, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 5.8. A falsidade da declaração prevista no item 5.6 e 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital. (§ 5º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)
- 5.9. A proposta e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante nos termos do item 5.1, não serão utilizados para fins de ordem de classificação, que somente será definida na fase de lances. (§7º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)

- 5.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lance. (§8º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019).
- 5.11. Documentos complementares serão solicitados nos termos deste edital.
- 5.12. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 5.13. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
- 5.14. Qualquer declaração falsa apresentada sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 5.15. A licitante deverá obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital e seus Anexos. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 5.16. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.
- 5.17. Depois da abertura da sessão não serão admitidas alterações nas propostas apresentadas, ressalvadas apenas a redução do preço proposto e aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.
- 5.18. A Proponente poderá realizar vistorias às dependências e à frota da SES-DF, situado no SIA Trecho 03, lote 2090, Brasília, Distrito Federal, CEP 71.200-030, para a determinação de preços e ações de implantação da solução objeto deste Termo de Referência;
- 5.19. As Proponentes poderão vistoriar os veículos a serem segurados, na qual serão emitido:
- 5.19.1. Declaração de Vistoria - **APÊNDICE II**, caso tenha efetuado a vistoria, de que a Proponente tomou conhecimento de todas as características e condições dos veículos que serão objeto deste Termo;
- 5.20. A vistoria deverá ser realizada até 2 dias úteis antes da abertura do Pregão e deverá ser agendada através do endereço eletrônico: gemob.samu192@saude.df.gov.br ou telefone funcional: 61 2017-1145 - ramal: 6712.
- 5.21. As Proponentes deverão procurar o Gerente de Mobilidade em Urgência - SES/CRDF/SAMU/GEMOB, ou o seu substituto, de acordo com o local onde se encontram os veículos a serem vistoriados, para que o mesmo os acompanhe quando da vistoria prévia, no horário de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira;
- 5.22. O representante deverá assinar lista de presença, registrando-se civilmente;
- 5.22.1. A hora de chegada para a vistoria e seu respectivo término será registrada pela SES-DF;
- 5.23. O representante deverá apresentar cópia de documento que comprove seu vínculo jurídico com a Proponente;
- 5.24. Ao final da vistoria, a SES-DF emitirá Termo em favor da Proponente, circunstanciando o atendimento desta exigência. Este Termo deve ser apresentado na habilitação da Proponente, no momento em que for exigido. O custo da vistoria é por conta da Proponente.
- 5.25. A declaração deverá ser em papel timbrado da SES-DF, com a assinatura legível e matrícula do chefe da unidade ou substituto;
- 5.26. Caso a Proponente opte por não vistoriar os veículos objeto deste Termo, deverá apresentar declaração que não realizou as vistorias, conforme Declaração de Desistência de Visita Técnica - **APÊNDICE III**, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições de tais veículos, não sendo aceito a alegação de incidência para se eximir das obrigações assumidas, cobrar valores à parte ou solicitar a alteração nos valores de apólices ou franquias.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. No dia e horário, indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro.
- 6.2. Durante a sessão, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão. (inciso IV Art. 19, Decreto nº 10.024/2019)
- 6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo qualquer responsabilidade do provedor do sistema ou da SES/DF por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (inciso III Art. 19, Decreto nº 10.024/2019)

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 7.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes. (Parágrafo único do Art. 28, Decreto nº 10.024/2019)
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro. (Art. 29, Decreto nº 10.024/2019)
- 7.4. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada à fase competitiva, as licitantes que tiveram suas propostas classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão imediatamente informadas do recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. (§ 3º Art. 30, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante. (§5º Art. 30, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele recebido e registrado primeiro. (§ 4º art. 30, Decreto nº 10.024/2019)



- 8.5. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo de disputa Aberto/fechado (Inciso III, Art. 14, Decreto nº 10.024/2019):
- 8.6. No modo de disputa aberto/fechado os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme critério de julgamento menor preço por lote/item.

**8.7. Do Modo de Disputa aberto/fechado**

- 8.7.1. No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. (Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.7.2. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada. (§1º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.7.3. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. (§2º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.7.4. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 8.7.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo. (§3º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.7.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade. (§4º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.7.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens acima, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 8.7.3. (§5º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.7.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

**8.8. DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES.**

- 8.8.1. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.8.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). (Art. 35, Decreto nº 10.024/2019)
- 8.9. Após a etapa de envio de lances, haverá aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dando-se preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Art. 36 do Decreto nº 10.024)
- 8.10. Ultrapassada a fase de lances, e exclusivamente para os itens destinados à ampla concorrência, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta dessas entidades na situação de empate, assim considerada(s) aquela(s) que seja(m) iguais ou até 5% (cinco por cento) superior(es) à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.11. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, e, se atendidas as exigências deste edital, será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 8.12. Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que porventura se enquadrem na condição de empate, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.13. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.14. Não poderá se beneficiar do tratamento favorecido e diferenciado previstos em Lei, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (§4º Art. 3º LC 123/2006):

de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

- 8.14.1. que seja filial, sucursal, agência ou representante no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 8.14.2. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento favorecido e diferenciado nos termos desta Lei, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- 8.14.3. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- 8.14.4. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- 8.14.5. constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo; que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 8.14.6. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 8.14.7. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 8.14.8. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 8.14.9. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (incluído pela Lei Complementar nº 147/2014)
- 8.15. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item anterior, proceder-se-á, em igualdade de condições, como critério de desempate a preferência sucessiva aos bens e serviços: (§ 2º Art. 3º Lei nº 8.666/1993)
- 8.15.1. produzidos no País;
- 8.15.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

8.15.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.15.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Art. 36, Decreto nº 10.024/2019)

Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. (§ único Art. 37 Dec. 10.024/2019)

## 9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro DEVERÁ encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital. (Art. 38 Dec. 10.024/2019).

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

## 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, de que trata o Capítulo 10, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste edital, e verificará a habilitação do licitante. (Art. 39, Decreto nº 10.024/2019)

10.2. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, contados da solicitação, juntamente com os documentos complementares e comprovações solicitadas em anexo, se necessário, todos encaminhados via sistema eletrônico, sob pena de desclassificação ou inabilitação a falta de atendimento da convocação. (§2º Art. 38, Decreto nº 10.024/2019)

10.3. A proposta inserida no sistema nos termos do item 5.1. deverá:

10.3.1. Ser impressa em língua oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, conter nome da proponente, endereço completo, telefone, número do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal;

10.3.2. Conter o valor unitário e total para cada item cotado, em moeda nacional, já considerados e inclusos todos os custos necessários, tais como: BDI e encargos sociais, impostos, taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, para execução no local indicado neste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

10.3.3. Conter as especificações dos serviços de forma a demonstrar que atendem as exigidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital, e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas;

10.4. Excepcionalmente e a pedido da licitante, o prazo especificado no subitem 10.2 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por até 2 (duas) horas, desde que apresentados motivos razoáveis para o atendimento da solicitação e dentro do período previamente estabelecido.

10.5. Os critérios de aceitação da proposta são os seguintes:

10.6. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega, conforme parecer nº 16/2015 - PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;

10.7. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas e preços dos produtos ofertados;

10.7.1. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

10.7.2. É indispensável o parecer técnico para o objeto deste Termo de Referência;

10.7.3. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com as especificações do objeto licitado;

10.7.4. A proposta deverá conter: Nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;

10.8. Os preços deverão estar de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do prêmio total aos veículos;

10.9. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;

10.10. É indispensável o parecer técnico para os itens deste Termo de Referência;

10.11. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência;

10.12. A empresa deverá apresentar Declaração de Compromisso (conforme **APÊNDICE I** deste TR) comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

10.13. A empresa deverá apresentar proposta conforme o Modelo de Proposta, constante no **APÊNDICE IV**.

10.14. É vedada a intermediação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexistir vínculo formal direto da corretora com o órgão contratante ([Acórdão 600/2015-Plenário](#), TC 011.796/2011-1, relator Ministro Raimundo Carreiro, 25.3.2015).

10.15. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.

10.16. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.17. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço por item, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

10.18. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da SES/DF, ou, ainda, de outros órgãos ou entidades, a fim de subsidiar sua decisão. (Parágrafo único Art. 17, Decreto nº 10.024/2019)

10.19. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar erros, falhas ou subsidiar decisões, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (§ único Art. 47, Decreto nº 10.024/2019)

10.20. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que estejam abaixo do valor de referência contido neste edital, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração. (Decisão nº 2180/2017 - TCDF)

10.21. Será desclassificada, após a fase de lances, a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada, não tenha demonstrado a exequibilidade do preço ofertado, que poderá, também, ser precedido dos seguintes procedimentos:

- 10.21.1. solicitação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 10.21.2. apresentação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho; Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- 10.21.3. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares; Pesquisas junto aos órgãos públicos ou empresas privadas;
- 10.21.4. verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 10.21.5. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 10.21.6. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 10.21.7. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 10.21.8. estudos setoriais;
- 10.21.9. consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- 10.21.10. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

10.22. Será desclassificada, após a fase de lances, a proposta que contenha preço excessivo, assim considerado aquele que for superior ao valor unitário e global estimado pela Administração para cada item ofertado, tal como determina a melhor prática e a jurisprudência dos tribunais de contas.

10.23. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais e serviços serem fornecidos sem ônus adicional.

## 11. DA HABILITAÇÃO

### 11.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

#### 11.1.1. Comprovação da Habilitação Jurídica:

- I - Cédula de identidade do responsável legal pela pessoa jurídica.
- II - Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- VI - Procuração dos responsáveis por assinar a proposta, caso o(s) signatário(s) da proposta não seja(m) sócio(s), conforme especificado(s) no Contrato Social.

#### 11.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- I - Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e, também, de Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal ou do Distrito Federal da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- II - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- IV - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- V - Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- VI - Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- VII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

#### 11.1.3. Qualificação Técnica:

##### 11.1.3.1. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- I - Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por uma empresa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou executa, no mínimo, 30% (trinta por cento) o objeto deste Termo de Referência ou produto compatível;
- II - Não será aceita documentação vencida, toda documentação apresentada pelas proponentes deverá ser original com cópia para autenticação por servidor designado pela SES-DF ou cópia autenticada por cartório competente.



11.1.3.2. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo constante no **Apêndice II**.

11.1.3.3. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no **Apêndice III**.

11.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

I - Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **datado dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado - que deverá recair sobre o montante dos itens (ou lotes) que pretenda concorrer - constante do Anexo I.

III - A instituição que optou pelo regime de lucro presumido ou que seja Microempresa deverá comprovar a qualificação econômico-financeira mediante apresentação de cópia autenticada da Declaração Simplificada de Rendimentos e Informações encaminhada à Receita Federal, referente ao último exercício.

11.1.5. Outros Documentos: (§ 4º do Art. 26 do Decreto nº 10.024/2019)

11.1.5.1. Declarações, **em campo próprio no sistema**, atestando que:

I - Sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da LC nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa.

II - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexo, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

III - Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

IV - Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

V - A proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

VI - Não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

VII - Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se APLICADO AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

VIII - Sob as penas da lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

11.1.5.2. Declarações, **enviadas pelo sistema, porém sem campo próprio para tanto**:

I - Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 (Anexo III);

II - Para fins do disposto no Decreto nº 39.860/2019, que dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação. (ANEXO IV).

III - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade (Anexo V do Edital).

**12. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

12.1. Será realizada pesquisa prévia junto aos Portais na Internet de governos (SICAF - Sistema de Cadastramento de Fornecedores, Secretaria de Transparência e Controle – STC/GDF e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCDF - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) para aferir a existência de algum registro impeditivo ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

12.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicafe, nos documentos por ele abrangidos. (Art. 43, Decreto nº 10.024/2019)

12.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados nos termos do item 5.1. (§ 1º do Art. 43, Decreto nº 10.024/2019)

12.4. É assegurada à licitante que esteja com algum documento vencido, ou não inserido no SICAfe, o direito de encaminhar esta documentação em plena validade, juntamente com os não contemplados e previsto neste Edital, que deverá ser juntado ao sistema com a proposta, conforme estipulado no item 5.1. (§ 2º do Art. 26 e § 1º do Art. 43, Decreto nº 10.024/2019)

12.5. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAfe ou com cadastro desatualizado, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme previsto no item 5.1.

12.6. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação.

12.7. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará a inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo pregoeiro, condicionado ao estipulado no item 5.3.

12.8. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.9. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista com alguma restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação. (§ 1º do Art. 43 da LC nº 123, alterado pela LC nº 155/2016)

12.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.11. Os documentos necessários para a habilitação, enviados conforme item 12, poderão ser apresentados em original, ou cópia autenticada por cartório competente, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

12.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, inicialmente em tradução livre. (Art. 41, Decreto nº 10.024/2019)

12.13. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o item 12 serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas. (§ único Art. 41, Decreto nº 10.024/2019)

12.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

12.15. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.16. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

12.16.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

12.17. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.18. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e da qualificação técnica.

12.19. O pregoeiro poderá, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

12.20. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

12.21. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.22. Será declarada a vencedora da licitação a licitante que apresentar o menor preço por item e atender a todas as exigências do edital.

12.23. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (Art. 47, Decreto nº 10.024/2019)

12.24. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar erros, falhas ou subsidiar decisões, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (§ único Art. 47, Decreto nº 10.024/2019)

**13. DO RECURSO**

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de no mínimo 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. (Art. 44, Decreto nº 10.024/2019)

13.1.1. A intenção de recurso deverá indicar contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

13.1.2. Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados intempestivamente, portanto a falta de manifestação motiva da licitante, nos termos do subitem 14.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

13.4. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e, ao Secretário de Estado de Saúde, a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro.

13.4.1. O pregoeiro também deverá decidir os recursos impetrados, encaminhando-os à autoridade competente apenas quando mantiver sua decisão.

13.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Os autos do processo ficarão armazenados no Sistema Eletrônico de Informação - SEI- GDF, e poderão ter vistas franqueadas aos interessados mediante solicitação encaminhada via sistema compras governamentais, ou pelo e-mail [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br) (Decreto nº 36.756/2015 c/c Portaria SEPLAG nº 459/2016).

13.7. Para acesso aos autos via SEI-GDF, o interessado poderá ser cadastrado no sistema na condição de usuário externo, solicitado por meio do portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>).

#### 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Na ausência de recursos o pregoeiro adjudicará o objeto e encaminhará os autos do processo, devidamente instruídos ao **Subsecretário de Administração Geral - SUAG**, e proporá a homologação. (Art. 46, Decreto nº 10.024/2019)

14.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Secretário de Saúde do Distrito Federal adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório. (Art. 45, Decreto nº 10.024/2019)

14.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por item, à licitante vencedora.

#### 15. REQUISITOS QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Por ocasião da emissão da nota de empenho, da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

#### 16. DO CONTRATO

16.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato

16.2. O contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivos períodos conforme Lei 8.666/1993, art. 57, inciso II;

16.3. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

16.4. A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos neste Edital, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Decreto nº 26.851/2006, no Decreto nº 26.993/2006, no decreto nº 27.069 e na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

16.5. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo contratado durante a vigência contratual. (§1º Art. 48, Decreto nº 10.024/2019)

16.6. A empresa vencedora deverá providenciar o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação, solicitado por meio do portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>), para fins de assinatura do contrato e/ou outros documentos. (Decreto nº 36.756/2015 c/c Portaria SEPLAG nº 459/2016).

16.7. O prazo para assinatura do contrato será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados a partir da disponibilização do documento para acesso externo via SEI-GDF, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração. (Adequação à nova metodologia de assinatura digital)

16.8. O contrato se subordina ao Termo de Contrato Padrão 04/2002, em conformidade com o Decreto 23.287, de 17/10/2002, do Distrito Federal que segue como Anexo VII a este Edital

16.9. Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:

16.9.1. Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

16.9.2. Seguro-garantia; ou, Fiança bancária.

16.10. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

16.11. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

16.11.1. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora será liberada mediante pedido por escrito:

16.11.2. Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

- 16.11.3. Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- 16.11.4. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.
- 16.12. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho - NE emitida.
- 16.13. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.
- 16.14. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções legais. (§2º do Art. 48, Decreto nº 10.024/2019)
- 16.15. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.
- 16.16. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.
- 16.17. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.
- 16.18. Constituem motivo para rescisão do contrato a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato.
- 16.19. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto nº 32.598, de 15/12/2010).
- 16.20. O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 – Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF)
- 16.21. Constitui motivos para rescisão de contrato qualquer ato praticado pela contratada de conteúdo: (Lei Distrital nº 5.448/2015)
- 16.21.1. discriminatório contra a mulher;
- 16.21.2. que incentive a violência contra a mulher;
- 16.21.3. que exponha a mulher a constrangimento;
- 16.21.4. homofóbico;
- 16.21.5. que represente qualquer tipo de discriminação.
- 16.22. O contrato a ser firmado pode ser reajustado depois de transcorrido 1 (um) ano de sua vigência, a partir da apresentação da proposta de preços e em conformidade com a legislação pertinente.
- 16.23. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, aplicados quando da execução de serviços não contínuos ou contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela, aplicando-se o IPCA/IBGE.
- 16.24. Nas contratações em que o valor do contrato de serviços seja preponderantemente formado pelos custos de insumos, poderá ser adotado o reajuste em sentido estrito, adotando-se o IPCA/IBGE, observado o prazo mínimo de vigência contido no item 16.1.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- 17.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 17.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;
- 17.4. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços, assim como de efetivo pagamento dos respectivos trabalhos (no caso de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra);
- 17.5. O não atendimento das determinações constantes da Lei nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública. (Lei Distrital nº 5.087/2013)
- 17.6. Garantir os limites máximos de responsabilidade indicados na apólice, a indenização pelos prejuízos diretamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos;
- 17.7. Emitir a apólice de seguros com vigência concomitante à do Contrato.
- 17.8. A apólice de seguro deverá cobrir os veículos mencionados, contra prejuízos e despesas comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas.
- 17.9. A CONTRATADA deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e do veículo, coberturas e valores contratados (importâncias seguradas), franquias, vigências do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem os riscos, assim como as modificações que se produzam durante a vigência do seguro, alterado através de endosso.
- 17.10. Em caso de perda total por roubo, furto ou acidente, a CONTRATADA deverá repor o veículo ou pagar a CONTRATANTE indenização, que será calculada pelo valor determinado do veículo na data de liquidação do sinistro.

- 17.11. A CONTRATADA permanece como única e total responsável perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.
- 17.12. Em caso de acionamento de franquia, emitir a Nota Fiscal, no prazo 01 (um) dia útil após autorização do serviço, com o detalhamento da franquia acionada, a ser entregue ao executor do contrato formalmente designado pela SES.
- 17.13. Prestar esclarecimento que forem solicitados pela CONTRATANTE, a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 17.14. Prestar assistência ao CONTRATANTE, quando solicitado.
- 17.15. A CONTRATADA deverá prover meios de atendimento telefônico, com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, para comunicação da Contratante em casos de abertura de sinistro.
- 17.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 17.17. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.18. Indicar o responsável para representá-la durante a execução do fornecimento decorrente do Edital;
- 17.19. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pela disponibilização de pessoal para execução do objeto deste Termo de Referência, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;
- 17.20. Providenciar identificação adequada para funcionários e técnicos prestadores de serviço à Contratante;
- 17.21. Responsabilizar-se por todos encargos, impostos, fretes e tributos para prestação do serviço à Contratante;
- 17.22. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Termo de Referência, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião de visita de apoio técnico;
- 17.23. Notificar a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando-lhe no prazo de sessenta dias contados a partir da data do registro de alteração, acompanhado de cópia autenticada da Certidão de Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- 17.24. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 17.25. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 17.26. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 17.27. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 17.28. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 17.29. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal.

## 18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e art. 41, inciso II e § 3º do Dec. 32.598/2010.
- 18.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 18.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 18.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.
- 18.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.
- 18.6. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;
- 18.7. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa contratada entregar fora das especificações de Referência;
- 18.8. Fornecer e colocar à disposição da empresa contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;
- 18.9. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;
- 18.10. Emitir "Aceite" do serviço, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

## 19. DO RECEBIMENTO

- 19.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo órgão requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira do Distrito Federal.
- 19.2. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, à contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que isso de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da contratada. No exercício desse mister, poderá a contratante:
- 19.2.1. Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;



- 19.2.2. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- 19.2.3. Determinar nova execução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.
- 19.3. O serviço deverá ser prestado conforme previsões insertas no TR, de forma que o referido instrumento poderá relacionar determinações complementares acerca da fiscalização, controle da execução e recebimento do serviço que, para todos os efeitos, possuem o mesmo efeito vinculante que as regras contidas neste Edital.
- 19.4. No que se refere ao LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ressalta-se que o mesmo deverá ser executado nos locais indicados pela contratada e deverão ser concluídos e entregues nos prazos definidos pelo órgão contratante, de acordo com o preestabelecido no TR.
- 19.5. O objeto desta licitação será recebido por servidor, ou comissão nos casos de contratações com valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), designado(a) pela autoridade competente, mediante recibo, da seguinte forma:
- 19.6. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades da SES-DF, no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:
- 19.7. Realizar a convocação da Contratada, após a assinatura do contrato, de forma IMEDIATA, para conhecer o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados;
- 19.8. A Contratada deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da Contratante, do representante legal da Contratada, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da Contratada, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Anexos e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;
- 19.9. Informar à Contratada que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo;
- 19.10. A Contratada deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais;
- 19.11. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição;
- 19.12. A Contratada poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.
- 19.13. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- 19.14. Se a licitante vencedora deixar de executar os serviços, dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

## 20. DO PAGAMENTO

- 20.1. Para efeito de pagamento, a SES/DF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:
- 20.1.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;
- 20.1.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- 20.1.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.
- 20.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 20.1.5. Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- 20.1.6. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- 20.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Economia/Secretaria da Receita Federal do Brasil (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).
- 20.1.8. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.
- 20.1.9. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.
- 20.1.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 20.1.11. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente às penalidades administrativas, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.
- 20.1.12. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.
- 20.1.13. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:
- 20.1.13.1. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- 20.1.13.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

- 20.1.14. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art. 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.
- 20.1.15. A CONTRATADA deverá observar que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não a eximirá, de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.
- 20.2. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:
- 20.2.1. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
- 20.2.2. **Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço**, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 20.3. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.
- 20.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, e alterações posteriores.
- 20.5. Ficam excluídas desta regra:
- 20.5.1. os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
- 20.5.2. os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- 20.5.3. os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 20.6. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012.
- 20.7. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.
- 20.8. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.
- 20.9. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- 20.10. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 21. DAS SANÇÕES

- 21.1. De acordo com o estabelecido no Decreto DF nº 26.851, de 30/05/2006, e alterações posteriores (Anexo XII).

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1. Ao Secretário de Saúde do DF cabe revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.2. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 22.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 22.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 22.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (Art. 47 do Decreto nº 10.024/2019)
- 22.6. A critério do Pregoeiro poderá ser prorrogado o prazo estabelecido de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação no Sistema Eletrônico, para envio da proposta e documentação em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Compras governamentais.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SES/DF.
- 22.8. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 22.9. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (§2º Art. 2º, Decreto nº 10.024/2019)
- 22.10. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, previamente justificadas pela SES/DF, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei nº 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º).
- 22.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SES/DF, cujos avisos serão amplamente divulgados pelos mesmos meios de publicação da abertura.

- 22.12. As súmulas dos contratos e dos aditivos pertinentes a obras, compras, serviços, alienações e locações celebrados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares devem ser publicadas no Portal da Transparência de que trata a Lei nº 4.490, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital nº 5.575 de 18.12.2015).
- 22.13. A determinação prevista neste item visa conferir publicidade às contratações realizadas pelo Poder Público.
- 22.14. Das súmulas dos contratos de que trata este item devem constar informações referentes ao valor, ao objeto, à finalidade, à duração e ao prazo de vigência do contrato, bem como o nome ou a razão social do fornecedor do produto, da obra ou do serviço.
- 22.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro.
- 22.16. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio do Telefone: (61) 2017-1131 / 99208-1725 / 99284-4567.
- 22.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

### 23. ANEXOS

Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II - Planilha Consolidada de Preços de Mercado.

ANEXO III - Modelo de Declaração de Sustentabilidade (Lei Distrital nº 4.770/2012).

ANEXO IV - Declaração para fins do Decreto nº 39.860/2019 - Dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação.

ANEXO V - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade.

ANEXO VI - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública.

ANEXO VII - Minuta de Contrato.

ANEXO VIII - Decreto DF nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20. Assinatura da autoridade competente

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 57 (cinquenta e sete) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, conforme condições e especificações deste instrumento.

#### 1.1. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
1	22764	13943	Aquisição de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente.	UN	1

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

#### 1.2. VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

PLACA	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	RENAVAM	CHASSI	ANO	QUANTIDADE
PBW3134	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466506	8AC906633KE171525	2019	1
PBW3135	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466697	8AC906633KE171528	2019	1
PBW3136	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467324	8AC906633KE171530	2019	1
PBW3137	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467510	8AC906633KE172157	2019	1
PBW3138	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467626	8AC906633KE172227	2019	1
PBW3139	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467847	8AC906633KE172447	2019	1
PBW3140	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467952	8AC906633KE172529	2019	1
PBW3141	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466185	8AC906633KE171446	2019	1
PBW3132	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205465828	8AC906633KE171432	2019	1
PBW3133	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466298	8AC906633KE171443	2019	1
PBW3131	MERCEDES-BENZ	FURGÃO 415 SPRINTER	DIESEL	1204992042	8AC906633KE171291	2019	1
PAN9877	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072507959	93YMAFELRGJ956973	2015	1
PAN9878	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072505777	93YMAFELRGJ956937	2015	1
PBS2712	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139502554	8AC90663JE139606	2017	1
PBS2713	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139505260	8AC90663JE139607	2017	1

PBS2714	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139507220	8AC90663JE139654	2017	1
PBS2715	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139511111	8AC90663JE139655	2017	1
PBS2716	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139511677	8AC90663JE139656	2017	1
PBS2717	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139512339	8AC90663JE139657	2017	1
PBS2718	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139513599	8AC90663JE139660	2017	1
PBS2719	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139516857	8AC90663JE140156	2017	1
PBS2720	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139517454	8AC90663JE140214	2017	1
PBS2721	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139517870	8AC90663JE140335	2017	1
PBS2722	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139518345	8AC90663JE140768	2017	1
PBS2723	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139518760	8AC90663JE140769	2017	1
PBS2724	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519163	8AC90663JE141008	2017	1
PBS2725	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519562	8AC90663JE141009	2017	1
PBS2726	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519910	8AC90663JE141010	2017	1
PBS2727	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139520420	8AC90663JE141067	2017	1
PBS2729	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139520846	8AC90663JE141121	2017	1
PBS2730	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139521281	8AC90663JE141125	2017	1
PBS2731	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139521745	8AC90663JE141127	2017	1
PBS2728	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139541347	8AC90663JE136634	2017	1
PBS2734	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139543609	8AC90663JE136583	2017	1
PBS2732	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1124983306	8AC90663JE136762	2017	1
PBS2733	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139542955	8AC90663JE136580	2017	1
SGO7I12	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323053430	8AC907643NE216829	2022	1
SGO7J24	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996897	8AC907643NE214250	2022	1
SGO8A21	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322672595	8AC907643NE208331	2022	1
SGO8B93	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322980699	8AC907643NE210866	2022	1
SGO8C08	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322993952	8AC907643NE213000	2022	1
SGO8G45	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322985747	8AC907643NE216827	2022	1
SGO8G47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322987685	8AC907643NE216822	2022	1
SGO8G55	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322990597	8AC907643NE216820	2022	1
SGO8G60	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322991585	8AC907643NE214256	2022	1
SGO8G63	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322992808	8AC907643NE214255	2022	1
SGO8G66	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994126	8AC907643NE214254	2022	1
SGO8G69	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994398	8AC907643NE214181	2022	1
SGO8G72	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994894	8AC907643NE214246	2022	1
SGO8G75	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995408	8AC907643NE214247	2022	1
SGO8G77	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1352996110	8AC907643NE214253	2022	1
SGO8G78	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995769	8AC907643NE214248	2022	1
SGO8G80	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996269	8AC907643NE214249	2022	1
SGO8G84	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997516	8AC907643NE214252	2022	1
SGO8G85	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997397	8AC907643NE214251	2022	1
SGO8I47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323055964	8AC907643NE216833	2022	1
SGO8I52	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323058025	8AC907643NE208329	2022	1
<b>TOTAL DE VEÍCULOS</b>							<b>57</b>

1.2.1. Deverá ser emitida uma apólice para cada veículo constantes deste termo de referência, devendo constar nas apólices as seguintes informações:

- 1.2.1.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- 1.2.1.2. Prêmios discriminados por cobertura;
- 1.2.1.3. Bônus, quando houver; e
- 1.2.1.4. Franquia Obrigatória - padrão informada pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado.

### 1.3. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### 1.3.1. Da Avaria

- 1.3.1.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 1.3.1.2. Após procedimento de recuperação pelo SAMU 192, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".
- 1.3.1.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 1.3.1.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

#### 1.3.2. Do Aviso de Sinistro

- 1.3.2.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

1.3.2.2. Após registro de sinistro, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

1.3.2.3. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.

### 1.3.3. Do Endosso

1.3.3.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, poderão ser solicitadas pelo SAMU 192 e processadas pela seguradora, mediante endosso;

1.3.3.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;

1.3.3.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pelo SAMU 192.

### 1.3.4. Da Franquia

1.3.4.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

1.3.4.2. **A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).**

1.3.4.3. **Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estimado pela administração, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.**

1.3.4.4. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal à seguradora emitente da apólice, **após emissão da nota de empenho com valor exato a ser pago**, que se responsabilizará pelo repasse a concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, não ensejando responsabilidade solidária a contratante caso a seguradora não faça o repasse a concessionária/oficina.

1.3.4.5. A modalidade de franquia obrigatória se amolda melhor ao caso, tendo em vista o tamanho da frota e o baixo índice de sinistro com os veículos do SAMU-DF.

1.3.4.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

1.3.4.7. **Para fins de adequação da programação orçamentária, serão consideradas 57 franquias, uma franquia por veículo segurado, que somente serão executadas em caso de acionamento.**

### 1.3.5. Dos Salvados

1.3.5.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

1.3.5.2. É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

### 1.3.6. Dos Sinistros

1.3.6.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- c) Raios e suas consequências.
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. A seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- h) Granizo.
- i) Queda de árvores.
- j) Vendaval.
- k) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- l) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.
- m) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- n) Atos de vandalismo.



## o) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- I - Chaveiro;
- II - Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;
- III - Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

**1.3.7. Da Vistoria Prévia**

- 1.3.7.1. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente e realizada em local indicado pelo SAMU-192;
- 1.3.7.2. A vistoria deve ser agendada pelo endereço eletrônico: gemob.samu192@saude.df.gov.br ou telefone funcional: 61 2017-1145 - ramal: 6712, com o Chefe do Núcleo de Manutenção do SAMU.
- 1.3.7.3. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) antes da vistoria ser realizada e só deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos.

**1.3.8. Regulação de Sinistro**

- 1.3.8.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 1.3.8.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o SAMU 192 poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 1.3.8.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do SAMU 192.
- 1.3.8.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 1.3.8.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo do SAMU 192, desde que esteja credenciada pela CONTRATADA.
- 1.3.8.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

**1.3.9. Da Indenização**

- 1.3.9.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.
- 1.3.9.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.
- 1.3.9.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo SAMU 192 e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 1.3.9.4. Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização:
  - a) Do motorista.
  - b) Dos passageiros do veículo segurado.
  - c) Dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo do SAMU 192.

**1.3.10. Da Indenização Integral**

- 1.3.10.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 70% (setenta por cento) do valor referenciado.
- 1.3.10.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 1.3.10.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

**1.3.11. Da Inclusão e Substituição**

- 1.3.11.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.
- 1.3.11.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**1.3.12. Da Exclusão**

- 1.3.12.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá devolver à Administração Pública valor proporcional à vigência do contrato;
- 1.3.12.2. O presente seguro somente poderá ser cancelado ou rescindido, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observadas as seguintes condições:
- 1.3.12.3. Na hipótese de rescisão da proposta da contratante, a contratada reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado proporcionalmente à vigência do contrato;
- 1.3.12.4. Se por iniciativa da contratada, esta reterá o prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

#### 1.3.13. Observações Gerais

- 1.3.13.1. A empresa contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 1.3.13.2. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.
- 1.3.13.3. A seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.
- 1.3.13.4. A seguradora deverá prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento dos veículos assegurados e seus ocupantes, em situações de emergência e será válido em todo o território nacional, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo:
- a) Prestar assistência a CONTRATANTE, quanto RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa).
  - b) Socorro mecânico emergencial no local da ocorrência;
  - c) Reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km;
  - d) Troca de pneus;
  - e) Envio de combustível ou reboque do veículo até unidade de abastecimento conveniada pelo SAMU 192, em caso de pane seca.

#### 1.3.14. Das Especificações de Cobertura

- 1.3.14.1. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa: Danos Materiais no mínimo – R\$ 100.000,00 (cem mil reais). – Danos Corporais – no mínimo R\$100.000,00 (cem mil reais). RCF – Danos Morais - no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). APP – Acidentes Pessoais por Passageiros: Acidentes Pessoais por Passageiros com DMH (Despesas Médicas Hospitalares), Morte e invalidez – no mínimo R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 1.3.14.2. Indenização do Casco 100% FIPE e abrangente.

## 2. JUSTIFICATIVA

### 2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1. **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, que regulamenta as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública;
- 2.1.2. **Decreto Distrital nº 39.978**, de 25 de julho de 2019, que dispõe sobre a contratação de serviços públicos sob o regime de execução indireta pela administração direta e indireta do Distrito Federal;
- 2.1.3. **Decreto Distrital nº 36.520**, de 28 de maio de 2015, que estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal;
- 2.1.4. **Instrução Normativa nº 05**, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.1.5. **Decreto Federal nº 9.178**, de 23 de outubro de 2017, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 2.1.6. **Decreto Distrital nº 38.934**, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 2.1.7. **Decreto-Lei nº 73**, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.
- 2.1.8. **Circular SUSEP nº 639**, de 09 de agosto de 2021, que dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel.

### 2.2. MOTIVAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO:

- 2.2.1. A contratação do serviço de seguro total da frota do SAMU 192 DF se faz necessário devido a probabilidade de acidentes de trânsito e outros sinistros, considerando a peculiaridade dos serviços prestados por esse tipo de viaturas (ambulâncias), outro fator importante é a exigência constante no **Termo de Doação Ambulância SAMU 055/2022 SEI/MS - 0029159731**

"CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

...

Providenciar, de imediato, o seguro total do veículo após a assinatura do presente Termo de Doação".

Além dessa exigência do Ministério da Saúde - MS, a Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012 - Ministério da Saúde - MS, na Subseção IV - da habilitação, Art. 27, Inciso II, alínea a, diz:

"II - para as Unidades Móveis, o gestor de saúde deverá demonstrar o funcionamento efetivo da unidade mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) cópia do Seguro contra Sinistro das Unidades de Suporte Básico (USB) e/ou Unidades de Suporte Avançado (USA), das Ambulâncias, das Motolâncias, das Aeronaves e dos Veículos de Intervenção Rápida, ou documento do gestor contendo termo de compromisso de existência do Seguro contra Sinistro;"

2.2.2. Vale salientar que os veículos recebem incentivo financeiro de custeio do M.S. (Ministério da Saúde), de acordo com a Portaria nº 1.010 de 21 de maio de 2012, em seus artigos 25, 26, 27, inciso II, alínea "a" e art. 31, inciso III, mediante a comprovação de regularidade dos veículos, o qual, dentre outros, dá-se pela apresentação do contrato de seguro, afim de minimizar os possíveis prejuízos à SES, em caso de sinistro, ou reduzi-lo apenas a franquia do bem segurado, conforme segue:

" Subseção III

Do Incentivo Financeiro de Custeio para Unidades Móveis

Art. 25. Fica instituído incentivo financeiro de custeio para manutenção das Unidades Móveis efetivamente implantadas, na seguinte proporção:

Art. 26. As unidades do Componente SAMU 192 serão habilitadas mediante a demonstração de efetivo funcionamento.

Art. 27. A demonstração do efetivo funcionamento se dará pelo encaminhamento de documentação para a CGUE/DAE/SAS/MS, da seguinte forma:

II - para as Unidades Móveis, o gestor de saúde deverá demonstrar o funcionamento efetivo da unidade mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) **cópia do Seguro contra Sinistro** das Unidades de Suporte Básico (USB) e/ou Unidades de Suporte Avançado (USA), das Ambulâncias, das Motolâncias, das Aeronaves e dos Veículos de Intervenção Rápida, ou documento do gestor contendo termo de compromisso de existência do **Seguro contra Sinistro**;

Art. 31. Para manutenção do incentivo financeiro de custeio diferenciado para unidades qualificadas, o gestor de saúde deverá encaminhar à CGUE/DAE/SAS/MS, a cada 6 (seis) meses, relatório descritivo analítico contendo:

III - comprovação de vigência do seguro contra sinistro para as Unidades Móveis. (Grifo nosso).

2.2.3. Assim, todos os veículos habilitados pelo Ministério da Saúde - MS devem ser segurados a fim de garantir o repasse.

2.2.4. A utilidade do serviço reside no fato de que, em caso de sinistro, a perda patrimonial para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal estaria reduzida ao valor da franquia. Ainda com a finalidade de indenização pelos danos causados aos veículos oficiais, inclusive danos ao vidro, ao motorista, aos passageiros e a terceiros envolvidos em ocorrências de acidentes ou sinistros; e

2.2.5. A contratação do seguro promoverá melhores condições de conservação dos veículos automotores do SAMU 192 DF, em situações que possam ser provenientes de colisão, roubo, furto, incêndio. Garantindo a reposição ou restauração dos mesmos, sem que haja prejuízo, ou minimizando, à SES e consequentemente ao SAMU 192 DF.

2.2.6. Outra situação que deve-se considerar é a necessidade de renovação da frota do SAMU 192 DF, a qual está rotineiramente em manutenções, sejam elas preventivas ou corretivas, ocasionando demoras nos atendimentos, bem como no tempo de resposta pós acionamento.

### 2.3. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme especificado no inciso I do Art. 8º do Decreto Federal nº 10.024/2019, foi realizado o Estudo Técnico Preliminar, estando acostados nos autos no ID (96714207).

### 2.4. DO PLANO ESTRATÉGICO DF - 2020-2023

2.4.1. O objeto desta contratação foi realizado em conformidade com o Plano estratégico do Distrito Federal 2020-2023

I - Alinhamento Estratégico: Plano Distrital de Saúde 2020 - 2023.

- OE 1.2.6. - Fortalecer a Rede de Urgência e Emergência nos diferentes níveis de atenção com fortalecimento das linhas de cuidados prioritárias e as ações voltadas para promoção, prevenção e vigilância relacionadas a acidentes e violências.
- Alinhamento com o Plano de Ação Integrado - PAS: Ação 67. Renovar a frota do SAMU-DF.

#### 2.4.2. Dos Benefícios e Resultados a Serem Alcançados

- 2.4.2.1. Assegurar e manter a integridade da frota de Ambulância do SAMU 192 DF;
- 2.4.2.2. Atender os requisitos da Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012 - Ministério da Saúde - MS;
- 2.4.2.3. Proporcionar serviço de qualidade da população do DF, além de manter os repasses ministeriais previstos para as unidades;
- 2.4.2.4. Recomposição da frota de Ambulância do SAMU 192 DF;
- 2.4.2.5. Celeridade nos Atendimentos; e
- 2.4.2.6. Atendimento das cláusulas do Termo de Doação Nº 055/2022.

### 2.5. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO SOLICITADO

2.5.1. O quantitativo solicitado neste Termo de Referência foi recolhido no Documento de Oficialização de Demanda - **DOD** (106450995), criado pela Gerência de Mobilidade em Urgência do SAMU. O Documento de Consolidação de Demanda

- **DCD** (106459209) foi elaborado pela Gerência de Transportes, baseado na quantidade de viaturas que estão em atividade;

2.5.2. A necessidade da demanda se dá devido à renovação da frota pertencente ao SAMU 192 DF, sendo que a cada veículo adquirido se faz necessário a aquisição de 01 (um) *seguro de automóvel total, a fim de atender a* Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012 - Ministério da Saúde - MS.

### 3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

#### 3.1. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

É vedada a participação de consórcio para prestação de seguro de veículos automotores, uma vez que o Parágrafo único, do Art. 24, do Decreto - Lei nº 73 de 21/11/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, estabelece:

Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. **As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho.**

#### 3.2. SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto principal deste Termo de Referência. Permitido somente a subcontratação dos itens acessórios ao contrato, tais como: socorro mecânico emergencial no local da ocorrência, reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km e assistência 24h, por exemplo.

#### 3.3. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

Nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e Lei Distrital nº 4611, de 2011, onde estabelece:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

Combinado com o Art. 24 do Decreto - Lei nº 73 de 21/11/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, conforme segue:

Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. **As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho.**

Diante do exposto, apenas Sociedades Anônimas poderão oferecer os serviços do objeto deste contrato.

### 4. VALOR ESTIMADO

A estimativa de preços foi realizada com base nos parâmetros definidos no Decreto Distrital nº 39.453/2018 e foi realizado pela Gerência de Pesquisa de Preços - GEPP/DIAQ/SUAG/SES na próxima etapa de planejamento de contratação.

O valor estimado dos serviços contratados se divide em:

- SEGURO (R\$ 611.012,79) + FRANQUIA (R\$ 1.757.454,00) = Valor Total (R\$ 2.368.466,79)

O detalhamento da cobertura encontra-se no APÊNDICE IV - Modelo de Proposta.

O valor da franquia somente será utilizado em caso de sinistro.

### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Programa de trabalho: 10.302.6202.2060.0003 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU/192 SES-DISTRITO FEDERAL -000001;

5.2. Natureza de despesa 33.90.39;

5.3. Fonte de Recursos: 138003467;

5.4. Modalidade de empenho do seguro: global;

5.5. Modalidade de empenho quando acionada a franquia: ordinário.

### 6. DA VISTORIA

6.1. A Proponente poderá realizar vistorias às dependências e à frota da SES-DF, situado no SIA Trecho 03, lote 2090, Brasília, Distrito Federal, CEP 71.200-030, para a determinação de preços e ações de implantação da solução objeto deste Termo de Referência;

6.2. As Proponentes poderão vistoriar os veículos a serem segurados, na qual serão emitido:

- 6.2.1. Declaração de Vistoria - **APÊNDICE II**, caso tenha efetuado a vistoria, de que a Proponente tomou conhecimento de todas as características e condições dos veículos que serão objeto deste Termo;
- 6.3. A vistoria deverá ser realizada até 2 dias úteis antes da abertura do Pregão e deverá ser agendada através do endereço eletrônico: gemob.samu192@saude.df.gov.br ou telefone funcional: 61 2017-1145 - ramal: 6712.
- 6.4. As Proponentes deverão procurar o Gerente de Mobilidade em Urgência - SES/CRDF/SAMU/GEMOB, ou o seu substituto, de acordo com o local onde se encontram os veículos a serem vistoriados, para que o mesmo os acompanhe quando da vistoria prévia, no horário de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira;
- 6.5. O representante deverá assinar lista de presença, registrando-se civilmente;
- 6.5.1. A hora de chegada para a vistoria e seu respectivo término será registrada pela SES-DF;
- 6.6. O representante deverá apresentar cópia de documento que comprove seu vínculo jurídico com a Proponente;
- 6.7. Ao final da vistoria, a SES-DF emitirá Termo em favor da Proponente, circunstanciando o atendimento desta exigência. Este Termo deve ser apresentado na habilitação da Proponente, no momento em que for exigido. O custo da vistoria é por conta da Proponente.
- 6.8. A declaração deverá ser em papel timbrado da SES-DF, com a assinatura legível e matrícula do chefe da unidade ou substituto;
- 6.9. Caso a Proponente opte por não vistoriar os veículos objeto deste Termo, deverá apresentar declaração que não realizou as vistorias, conforme Declaração de Desistência de Visita Técnica - **APÊNDICE III**, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições de tais veículos, não sendo aceito a alegação de incidência para se eximir das obrigações assumidas, cobrar valores à parte ou solicitar a alteração nos valores de apólices ou franquias.

## 7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega, conforme parecer nº 16/2015 - PRCON/PGDF e Art 6º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o § 1º do Artigo 45 da Lei 8.666/93, observados os requisitos de segurança tanto para os usuários quanto para os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde;
- 7.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas e preços dos produtos ofertados;
- 7.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 7.2.2. É indispensável o parecer técnico para o objeto deste Termo de Referência;
- 7.2.3. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com as especificações do objeto licitado;
- 7.2.4. A proposta deverá conter: Nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- 7.3. Os preços deverão estar de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do prêmio total aos veículos;
- 7.4. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;
- 7.5. É indispensável o parecer técnico para os itens deste Termo de Referência;
- 7.6. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência;
- 7.7. A empresa deverá apresentar Declaração de Compromisso (conforme **APÊNDICE I** deste TR) comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.
- 7.8. A empresa deverá apresentar proposta conforme o Modelo de Proposta, constante no **APÊNDICE IV**.
- 7.9. É vedada a intermediação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexistia vínculo formal direto da corretora com o órgão contratante ([Acórdão 600/2015-Plenário](#), TC 011.796/2011-1, relator Ministro Raimundo Carreiro, 25.3.2015).

## 8. PARECERISTAS

As propostas serão avaliadas, no que couber, por servidores lotados na GERÊNCIA DE MOBILIDADE/SAMU/CRDF

## 9. REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 9.1. Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por uma empresa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou executa, no mínimo, 30% (trinta por cento) o objeto deste Termo de Referência ou produto compatível;
- 9.2. Não será aceita documentação vencida, toda documentação apresentada pelas proponentes deverá ser original com cópia para autenticação por servidor designado pela SES-DF ou cópia autenticada por cartório competente.

## 10. PRAZO DE ENTREGA

- 10.1. A entrega da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato;
- 10.2. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste termo, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

## 11. DO CONTRATO



- 11.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.
- 11.2. O contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivos períodos conforme Lei 8.666/1993, art. 57, inciso II;
- 11.3. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

## 12. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 12.1. A Contratada deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993;
- 12.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 12.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - 12.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 12.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
  - 12.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

## 13. DA GARANTIA TÉCNICA

A Garantia Técnica dos serviços deverá obedecer integralmente ao Art. 69 da Lei 8.666/1993, durante toda a vigência do contrato.

## 14. FISCAL DO CONTRATO

- 14.1. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos, por servidor devidamente autorizado para esse fim, representando a CONTRATANTE, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando-se o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 14.2. O fiscal da ata ou do Contrato Administrativo será indicado pela Gerência de Mobilidade em Urgência - SES/CRDF/SAMU/GEMOB.

## 15. DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/1993 - Art. 6º, VIII, B, empreitada por preço unitário quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

## 16. DO MODELO DE EXECUÇÃO

- 16.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades da SES-DF, no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:
- 16.2. Realizar a convocação da Contratada, após a assinatura do contrato, de forma IMEDIATA, para conhecer o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados;
- 16.3. A Contratada deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da Contratante, do representante legal da Contratada, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da Contratada, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Anexos e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;
- 16.4. Informar à Contratada que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo;
- 16.5. A Contratada deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais;
- 16.6. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição;
- 16.7. A Contratada poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

## 17. DA GESTÃO CONTRATUAL

### 17.1. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 17.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio dos executores, especialmente instituída para este fim, nos termos do Artigo nº. 67, da Lei nº 8.666/1993, que contará como o apoio de servidores das unidades onde os serviços serão prestados, formalmente designados para esta atividade, denominados "Executores Locais do Contrato";
- 17.1.2. O Gestor e/ou Fiscal responsável na unidade e os Executores Locais do Contrato manterão registros de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas, bem como avaliação dos resultados esperados, permitindo aos Gestores e Fiscais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal acompanhar sua execução e, ao mesmo tempo, avaliar a qualidade dos serviços prestados;

- 17.1.3. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela Contratada, com a supervisão e fiscalização dos (as) Executores (ras) e Fiscais do Contrato, por servidor indicado pela Contratante;
- 17.1.4. A Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;
- 17.1.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste Projeto Básico, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:
- 17.1.5.1. Solicitar a imediata substituição do funcionário da Contratada que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da Contratante, recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste Projeto Básico;
  - 17.1.5.2. Exigir junto à Contratada a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;
  - 17.1.5.3. Supervisionar as atividades da Contratada, mediante avaliação periódica;
- 17.1.6. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.
- 17.1.7. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da Contratante;
- 17.1.8. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento;
- 17.1.9. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 17.1.10. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela Contratada.
- 17.1.11. Os servidores responsáveis pela fiscalização terão livre acesso aos postos de trabalho;
- 17.1.12. A empresa Contratada sujeitar-se-á à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da gestão fiscalizadora para acompanhamento da execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 17.1.13. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa, evitando ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
- 17.1.14. O representante da SES-DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;
- 17.1.15. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa Contratada;
- 17.1.16. A existência de fiscalização da SES-DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada na prestação dos serviços a serem executados;
- 17.1.17. A SES-DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da Contratada que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;
- 17.1.18. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do serviço, que estejam em desacordo com o preestabelecido;
- 17.1.19. Para facilitar a gestão do Contrato e o relacionamento entre as partes, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para a SES-DF, no mínimo 1 (um) Gerente de Relacionamento (Preposto) em tempo integral;
- 17.1.20. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela Contratada, a SES-DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor do Contrato;
- 17.1.21. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES-DF pode-se destacar:
- 17.1.21.1. Homologação de relatórios e documentação;
  - 17.1.21.2. Acompanhamento da execução;
  - 17.1.21.3. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços;
  - 17.1.21.4. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES-DF.

## 17.2. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

17.2.1. A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por servidores designados para esse fim, indicados pela SES-DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

### 17.2.2. Fiscal Técnico

17.2.2.1. Entidade: Contratante

17.2.2.2. Responsabilidade:

- a) Encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

**17.2.3. Preposto ou Gerente de Relacionamento**

17.2.3.1. Entidade: Contratada

17.2.3.2. Responsabilidade:

- a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;
- d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados;
- e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f) Encaminhar à SES-DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

**18. DO EXECUTOR DO CONTRATO**

O executor e o seu substituto serão servidores da GERÊNCIA DE MOBILIDADE/SAMU/CRDF

**19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

19.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

19.1.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

19.1.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

19.1.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

19.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

19.1.5. Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

19.1.6. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

19.1.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

19.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação do boleto de pagamento bancário, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

19.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

19.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

19.5. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente às penalidades administrativas, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

19.6. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

19.7. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

19.7.1. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

19.7.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

19.8. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art. 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

19.9. A CONTRATADA deverá observar que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não a eximirá, de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

**20. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

20.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666/1993;

20.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados;

20.3. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## 21. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

21.1. São instrumentos formais de comunicação entre a Contratante e a Contratada:

21.1.1. Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento;

21.1.2. Ofícios;

21.1.3. Relatórios;

21.1.4. Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

21.2. A seguradora deverá colocar à disposição da Secretaria de Saúde do DF, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

21.3. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

21.4. A seguradora deverá atender em um prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do sinistro.

## 22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

22.2. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa contratada entregar fora das especificações de Referência;

22.3. Fornecer e colocar à disposição da empresa contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;

22.4. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

22.5. Emitir "Aceite" do serviço, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

22.6. Informar a CONTRATADA quaisquer alterações que possam modificar as características das coberturas previstas em contrato;

## 23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. Garantir os limites máximos de responsabilidade indicados na apólice, a indenização pelos prejuízos diretamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos;

23.2. Emitir a apólice de seguros com vigência concomitante à do Contrato.

23.3. A apólice de seguro deverá cobrir os veículos mencionados, contra prejuízos e despesas comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas.

23.4. A CONTRATADA deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e do veículo, coberturas e valores contratados (importâncias seguradas), franquias, vigências do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem os riscos, assim como as modificações que se produzam durante a vigência do seguro, alterado através de endosso.

23.5. Em caso de perda total por roubo, furto ou acidente, a CONTRATADA deverá repor o veículo ou pagar a CONTRATANTE indenização, que será calculada pelo valor determinado do veículo na data de liquidação do sinistro.

23.6. A CONTRATADA permanece como única e total responsável perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

23.7. Em caso de acionamento de franquia, emitir a Nota Fiscal, no prazo 01 (um) dia útil após autorização do serviço, com o detalhamento da franquia acionada, a ser entregue ao executor do contrato formalmente designado pela SES.

23.8. Prestar esclarecimento que forem solicitados pela CONTRATANTE, a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

23.9. Prestar assistência ao CONTRATANTE, quando solicitado.

23.10. A CONTRATADA deverá prover meios de atendimento telefônico, com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, para comunicação da Contratante em casos de abertura de sinistro.

23.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

23.12. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

23.13. Indicar o responsável para representá-la durante a execução do fornecimento decorrente do Edital;

23.14. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pela disponibilização de pessoal para execução do objeto deste Termo de Referência, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;

23.15. Providenciar identificação adequada para funcionários e técnicos prestadores de serviço à Contratante;

23.16. Responsabilizar-se por todos encargos, impostos, fretes e tributos para prestação do serviço à Contratante;

23.17. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Termo de Referência, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião de visita de apoio técnico;

- 23.18. Notificar a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando-lhe no prazo de sessenta dias contados a partir da data do registro de alteração, acompanhado de cópia autenticada da Certidão de Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- 23.19. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 23.20. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 23.21. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 23.22. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;
- 23.23. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 23.24. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal.

#### 24. SANÇÕES APLICÁVEIS

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

As notificações e demais atos acerca das instruções de sanções serão realizadas, preferencialmente, por meio de publicação em Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do art. 26 da Lei 9.784/1999, recepcionada pela Lei 2.834/2001.

#### 25. DOS APÊNDICES

APÊNDICE I - Declaração de Compromisso

APÊNDICE II - Declaração de Vistoria

APÊNDICE III - Declaração de Desistência de Visita Técnica

APÊNDICE IV - Modelo de Proposta

#### 26. DAS ASSINATURAS

Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 9º, inciso I, da Lei 8.666/1993.

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento descrita a seguir:

**Samuel Alves dos Santos - Matrícula 1.694.847-5- ASSEIC/SUAG/SES - Integrante Administrativo**

**Paulo Antonio dos Santos - Matrícula: 1.433.427-5- GETR/DIAOP/SINFRA/SES - Integrante Técnico**

**Ricardo Teixeira de Oliveira - Matrícula: 0.142.002-X - GEMOB/SAMU/CRDF/SES - Integrante Requisitante**

**Autoridades Responsáveis pela Aprovação do Termo de Referência:**

Aprovo o presente Termo em conformidade com o inciso II do artigo 14 do Decreto Federal 10.024/2019 e com o artigo 20 da Portaria 210/2017 - SES-DF.

Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde - **SINFRA/SES**

Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal - **CRDF/SES**

#### APÊNDICE I

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

#### M O D E L O

A empresa \_\_\_\_\_, com sua sede ou filial no Distrito Federal, CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, a Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



**APÊNDICE II**  
**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**  
**M O D E L O**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, compareceu no endereço \_\_\_\_\_ a VISITA TÉCNICA nos local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE III**  
**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**  
**M O D E L O**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE IV**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**M O D E L O**

(Em papel timbrado da empresa)

À Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)

Setor de Rádio e TV Norte (SRTVN),

Quadra 701, Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700

Bairro Asa Norte, Brasília/DF,

CEP 70719-040

Referência: \_\_\_\_/\_\_\_\_.

1 - Dados da proposta:

O valor da proposta é de \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso), para a prestação dos serviços referente à:

PLACA	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	RENAVAM	CHASSI	ANO	QTD.	FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO)	PRÊMIO (VALOR UNITÁRIO)
PBW3134	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205466506	8AC906633KE171525	2019	1		
PBW3135	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205466697	8AC906633KE171528	2019	1		
PBW3136	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205467324	8AC906633KE171530	2019	1		
PBW3137	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205467510	8AC906633KE172157	2019	1		
PBW3138	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205467626	8AC906633KE172227	2019	1		

PBW3139	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205467847	8AC906633KE172447	2019	1		
PBW3140	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205467952	8AC906633KE172529	2019	1		
PBW3141	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205466185	8AC906633KE171446	2019	1		
PBW3132	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205465828	8AC906633KE171432	2019	1		
PBW3133	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1205466298	8AC906633KE171443	2019	1		
PBW3131	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINT	DIESEL	1204992042	8AC906633KE171291	2019	1		
PAN9877	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072507959	93YMAFELRGJ956973	2015	1		
PAN9878	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072505777	93YMAFELRGJ956937	2015	1		
PBS2712	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139502554	8AC90663JE139606	2017	1		
PBS2713	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139505260	8AC90663JE139607	2017	1		
PBS2714	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139507220	8AC90663JE139654	2017	1		
PBS2715	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139511111	8AC90663JE139655	2017	1		
PBS2716	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139511677	8AC90663JE139656	2017	1		
PBS2717	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139512339	8AC90663JE139657	2017	1		
PBS2718	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139513599	8AC90663JE139660	2017	1		
PBS2719	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139516857	8AC90663JE140156	2017	1		
PBS2720	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139517454	8AC90663JE140214	2017	1		
PBS2721	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139517870	8AC90663JE140335	2017	1		
PBS2722	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139518345	8AC90663JE140768	2017	1		
PBS2723	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139518760	8AC90663JE140769	2017	1		
PBS2724	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139519163	8AC90663JE141008	2017	1		
PBS2725	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139519562	8AC90663JE141009	2017	1		
PBS2726	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139519910	8AC90663JE141010	2017	1		
PBS2727	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139520420	8AC90663JE141067	2017	1		
PBS2729	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139520846	8AC90663JE141121	2017	1		
PBS2730	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139521281	8AC90663JE141125	2017	1		
PBS2731	MERCEDES - SPRINT	415 SPRINT VER AMB	DIESEL	1139521745	8AC90663JE141127	2017	1		
PBS2728	MERCEDES - SPRINT	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139541347	8AC90663JE136634	2017	1		
PBS2734	MERCEDES - SPRINT	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139543609	8AC90663JE136583	2017	1		
PBS2732	MERCEDES - SPRINT	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1124983306	8AC90663JE136762	2017	1		
PBS2733	MERCEDES - SPRINT	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139542955	8AC90663JE136580	2017	1		
SGO7112	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINT REV AMB	DIESEL	1323053430	8AC907643NE216829	2022	1		
SGO7J24	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINT REV AMB	DIESEL	1322996897	8AC907643NE214250	2022	1		
SGO8A21	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINT REV AMB	DIESEL	1322672595	8AC907643NE208331	2022	1		
SGO8B93	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINT REV AMB	DIESEL	1322980699	8AC907643NE210866	2022	1		
SGO8C08	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINT REV AMB	DIESEL	1322993952	8AC907643NE213000	2022	1		

SGO8G45	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322985747	8AC907643NE216827	2022	1		
SGO8G47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322987685	8AC907643NE216822	2022	1		
SGO8G55	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322990597	8AC907643NE216820	2022	1		
SGO8G60	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322991585	8AC907643NE214256	2022	1		
SGO8G63	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322992808	8AC907643NE214255	2022	1		
SGO8G66	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994126	8AC907643NE214254	2022	1		
SGO8G69	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994398	8AC907643NE214181	2022	1		
SGO8G72	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994894	8AC907643NE214246	2022	1		
SGO8G75	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995408	8AC907643NE214247	2022	1		
SGO8G77	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1352996110	8AC907643NE214253	2022	1		
SGO8G78	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995769	8AC907643NE214248	2022	1		
SGO8G80	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996269	8AC907643NE214249	2022	1		
SGO8G84	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997516	8AC907643NE214252	2022	1		
SGO8G85	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997397	8AC907643NE214251	2022	1		
SGO8I47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323055964	8AC907643NE216833	2022	1		
SGO8I52	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323058025	8AC907643NE208329	2022	1		
<b>TOTAL DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS</b>							<b>57</b>	<b>VALOR TOTAL DO PRÊMIO</b>	R\$

DETALHAMENTO COBERTURAS OBRIGATÓRIAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA COBERTURA	LIMITE MÍNIMOS IDENIZAÇÕES R\$
1	CASCO (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, FENÔMENOS DA NATUREZA)	100% DA TABELA FIPE
2	RCF - DANOS MATERIAIS	R\$ 100.000,00
3	RCF - DANOS CORPORAIS	R\$ 100.000,00
4	RCF - DANOS MORAIS	R\$ 50.000,00
5	APO - INVALIDEZ PERMANENTE POR OCUPANTE (TOTAL OU PARCIAL)	R\$ 10.000,00
6	APO - MORTE POR OCUPANTE	R\$ 10.000,00

Os demais itens ofertados não contemplados nesta tabela ficarão à cargo da prestadora dos serviços sem qualquer ônus para o contratante.

2 - Validade da proposta: 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação.

3 - Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da aquisição dos insumos, bem como já estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4 - Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com serviço ou dirigente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: \_\_\_\_\_ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

28/08/23, 18:13SEI/GDF - 120725613 - Edital de Licitação

TELEFONE: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

BANCO: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

- carimbo padronizado de CNPJ -

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos serviços cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos serviços cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a prestação do serviço tal qual indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- **Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.**
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados da data de recebimento na forma prevista no Edital
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.
- Juntar todos os documentos solicitados no item Critérios de Aceitação da Proposta.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

ANEXO II

PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS DE MERCADO

AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	TOTAL
1	22764	13943	Aquisição de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente.	UN	57	R\$ 611.012,79
Valor Total Seguro						R\$ 611.012,79

VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

PLACA	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO	QUANTIDADE	VALOR FRANQUIA	VALOR PRÊMIO
PBW3134	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3135	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3136	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3137	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3138	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3139	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3140	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3141	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3132	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3133	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PBW3131	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	2019	1	R\$ 21.602,00	R\$ 10.644,78
PAN9877	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	2015	1	R\$ 15.560,00	R\$ 4.151,37
PAN9878	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	2015	1	R\$ 15.560,00	R\$ 4.151,37
PBS2712	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2713	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2714	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2715	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2716	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2717	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2718	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2719	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19

PBS2720	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2721	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2722	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2723	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2724	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2725	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2726	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2727	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2729	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2730	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2731	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2728	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2734	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2732	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
PBS2733	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	2017	1	R\$ 21.624,00	R\$ 9.874,19
SGO7I12	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO7J24	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8A21	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.890,42
SGO8B93	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 31.138,00	R\$ 11.296,17
SGO8C08	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 31.138,00	R\$ 11.296,17
SGO8G45	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G55	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G60	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G63	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G66	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 50.000,00	R\$ 12.604,96
SGO8G69	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.890,42
SGO8G72	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G75	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G77	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G78	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G80	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G84	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8G85	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8I47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
SGO8I52	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	2022	1	R\$ 48.838,00	R\$ 12.345,81
VALOR TOTAL							R\$ 611.012,79

PLACA	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	RENAVAM	CHASSI	ANO	QUANTIDADE
PBW3134	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466506	8AC906633KE171525	2019	1
PBW3135	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466697	8AC906633KE171528	2019	1
PBW3136	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467324	8AC906633KE171530	2019	1
PBW3137	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467510	8AC906633KE172157	2019	1
PBW3138	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467626	8AC906633KE172227	2019	1
PBW3139	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467847	8AC906633KE172447	2019	1
PBW3140	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205467952	8AC906633KE172529	2019	1
PBW3141	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466185	8AC906633KE171446	2019	1
PBW3132	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205465828	8AC906633KE171432	2019	1
PBW3133	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1205466298	8AC906633KE171443	2019	1
PBW3131	MERCEDES-BENZ	FURGAO 415 SPRINTER	DIESEL	1204992042	8AC906633KE171291	2019	1
PAN9877	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072507959	93YMAFELRGJ956973	2015	1
PAN9878	RENAULT/MASTER	MASTERAMB RONTAN	DIESEL	1072505777	93YMAFELRGJ956937	2015	1
PBS2712	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139502554	8AC90663JE139606	2017	1
PBS2713	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139505260	8AC90663JE139607	2017	1
PBS2714	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139507220	8AC90663JE139654	2017	1
PBS2715	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139511111	8AC90663JE139655	2017	1
PBS2716	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139511677	8AC90663JE139656	2017	1
PBS2717	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139512339	8AC90663JE139657	2017	1
PBS2718	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139513599	8AC90663JE139660	2017	1
PBS2719	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139516857	8AC90663JE140156	2017	1
PBS2720	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139517454	8AC90663JE140214	2017	1
PBS2721	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139517870	8AC90663JE140335	2017	1
PBS2722	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139518345	8AC90663JE140768	2017	1
PBS2723	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139518760	8AC90663JE140769	2017	1
PBS2724	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519163	8AC90663JE141008	2017	1
PBS2725	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519562	8AC90663JE141009	2017	1
PBS2726	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139519910	8AC90663JE141010	2017	1
PBS2727	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139520420	8AC90663JE141067	2017	1
PBS2729	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139520846	8AC90663JE141121	2017	1
PBS2730	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139521281	8AC90663JE141125	2017	1
PBS2731	MERCEDES - SPRINTER	415 SPRINTER VER AMB	DIESEL	1139521745	8AC90663JE141127	2017	1
PBS2728	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139541347	8AC90663JE136634	2017	1

PBS2734	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139543609	8AC90663JE136583	2017	1
PBS2732	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1124983306	8AC90663JE136762	2017	1
PBS2733	MERCEDES - SPRINTER	415 MARIMAR AMB	DIESEL	1139542955	8AC90663JE136580	2017	1
SGO7I12	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323053430	8AC907643NE216829	2022	1
SGO7J24	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996897	8AC907643NE214250	2022	1
SGO8A21	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322672595	8AC907643NE208331	2022	1
SGO8B93	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322980699	8AC907643NE210866	2022	1
SGO8C08	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322993952	8AC907643NE213000	2022	1
SGO8G45	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322985747	8AC907643NE216827	2022	1
SGO8G47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322987685	8AC907643NE216822	2022	1
SGO8G55	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322990597	8AC907643NE216820	2022	1
SGO8G60	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322991585	8AC907643NE214256	2022	1
SGO8G63	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322992808	8AC907643NE214255	2022	1
SGO8G66	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994126	8AC907643NE214254	2022	1
SGO8G69	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994398	8AC907643NE214181	2022	1
SGO8G72	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322994894	8AC907643NE214246	2022	1
SGO8G75	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995408	8AC907643NE214247	2022	1
SGO8G77	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1352996110	8AC907643NE214253	2022	1
SGO8G78	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322995769	8AC907643NE214248	2022	1
SGO8G80	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322996269	8AC907643NE214249	2022	1
SGO8G84	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997516	8AC907643NE214252	2022	1
SGO8G85	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1322997397	8AC907643NE214251	2022	1
SGO8I47	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323055964	8AC907643NE216833	2022	1
SGO8I52	MERCEDES-BENZ	I/MB 416 SPRINTER REV AMB	DIESEL	1323058025	8AC907643NE208329	2022	1
<b>TOTAL DE VEÍCULOS</b>							<b>57</b>

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

[NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE]

Pregão Eletrônico nº /20 /

A empresa\_, inscrita no CNPJ sob o nº\_, sediada no endereço, telefone/fax nº\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). , portador(a) da Carteira de Identidade nº\_e do CPF nº\_, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para a CONTRATANTE, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão nº\_/20 – [NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE], e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de detritos e resíduos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019****M O D E L O**

ÓRGÃO/ENTIDADE
PROCESSO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA LICITAÇÃO
LICITANTE
CNPJ/CPF
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL
REPRESENTANTE LEGAL
CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE****M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040 – BRASÍLIA – DF.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato\* Valor total dos Contratos R\$

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO VII****MINUTA DE CONTRATO**

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ - SES/DF

Contrato de Prestação de Serviços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, nos termos do Padrão nº 04/2002 com alterações.

Processo nº \_\_\_\_\_.

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O Distrito Federal, por meio de \_\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e \_\_\_\_\_, doravante denominada Contratada, CGC nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_.

**Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ (SEI Id. \_\_\_\_\_), da Proposta de SEI Id. \_\_\_\_\_, da Lei Federal nº 8.666 21.06.93, da Lei Federal nº 10.520/2002, ao Decreto Federal nº 10.024/2019 e à Instrução Normativa nº 05/2017 MPOG.

**Cláusula Terceira – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 57 (cinquenta e sete) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, consoante especifica o presente Edital e a proposta acima referida, que passam a integrar o presente termo.

**Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução**

- 4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/1993 - Art. 6º, VIII, B, empreitada por preço unitário quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- 4.2. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades da SES-DF, no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:
- 4.3. Realizar a convocação da Contratada, após a assinatura do contrato, de forma IMEDIATA, para conhecer o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados;
- 4.4. A Contratada deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da Contratante, do representante legal da Contratada, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da Contratada, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Anexos e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;
- 4.5. Informar à Contratada que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo;
- 4.6. A Contratada deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais;
- 4.7. A Contratada deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição;
- 4.8. A Contratada poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

#### **Cláusula Quinta – Do Valor**

- 5.1. O valor total do Contrato é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), devendo a importância de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).
- 5.2. Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### **Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

- 6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa

IV – Fonte de Recursos:

- 6.2. O empenho inicial é de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_\_, sob o evento nº \_\_\_\_\_, na modalidade \_\_\_\_\_.

#### **Cláusula Sétima – Do Pagamento**

- 7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.
- 7.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- 7.2.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;
  - 7.2.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
  - 7.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
  - 7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
  - 7.2.5. Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
  - 7.2.6. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
  - 7.2.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).
- 7.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação do boleto de pagamento bancário, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 7.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.
- 7.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 7.6. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente às penalidades administrativas, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.
- 7.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.



7.8. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

7.9. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

7.10. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.11. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art. 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

7.12. A CONTRATADA deverá observar que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não a eximirá, de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

#### **Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência**

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o item 11.1 do Termo de Referência, a contar da data de sua assinatura até o dia \_de 20\_, permitida a prorrogação na forma da lei vigente, sendo seu extrato publicado no DODF.

8.2. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

#### **Cláusula Nona – Das garantias**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93;

9.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

9.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

9.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

9.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

#### **9.3. DA GARANTIA TÉCNICA**

A Garantia Técnica dos serviços deverá obedecer integralmente ao Art. 69 da Lei 8.666/93, durante toda a vigência do contrato.

#### **Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal**

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

#### **Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

11.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

11.1.1. até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

11.1.2. comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes, devendo manter um preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários por ventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública do Distrito Federal.

11.6. É proibido o uso de mão de obra infantil em qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço, sob pena de rescisão contratual e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis (lei distrital nº 5.061 de 08.03.2013).

11.7. A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências da Lei Distrital nº 4.770/2012:

11.7.1. recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública;

11.7.2. comprovar que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

11.8. A Contratada deverá comprovar, mensalmente, junto ao gestor responsável pelo repasse de recurso público, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados.

11.8.1. Incluem-se nessa obrigação as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos do Distrito Federal.

11.8.2. As irregularidades encontradas em relação às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias das empresas de que trata este artigo devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção, quando não identificada a má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8.3. O não atendimento das determinações constantes da Lei Distrital nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções. (Lei Distrital nº 5.087/2013 e Decreto Distrital nº 39.978/2019)

11.8.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB)

11.8.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

11.9. É proibido qualquer conteúdo: (Lei Distrital nº 5.448/2015);

- I – discriminatório contra a mulher;
- II – que incentive a violência contra a mulher;
- III – que exponha a mulher a constrangimento;
- IV – homofóbico;
- V – que represente qualquer tipo de discriminação.

11.9.1. Estas disposições aplicam-se às contratações de profissionais do setor artístico.

11.9.2. O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.10. Deverá ser reservado o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

11.10.1. As empresas responsáveis pelas obras e pelos serviços devem informar ao órgão do governo que responde pela pauta da assistência social a oferta de vagas prevista no item 11.11 deste ajuste contratual.

11.11. Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a contratada deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitada da Previdência Social e que, se APLICADO AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.12. Garantir os limites máximos de responsabilidade indicados na apólice, a indenização pelos prejuízos diretamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos;

11.12. Emitir a apólice de seguros com vigência concomitante à do Contrato.

11.13. A apólice de seguro deverá cobrir os veículos mencionados, contra prejuízos e despesas comprovadas e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas.

11.14. A CONTRATADA deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e do veículo, coberturas e valores contratados (importâncias seguradas), franquias, vigências do seguro, condições gerais e particulares que identificam os riscos, assim como as modificações que se produzam durante a vigência do seguro, alterado através de endosso.

11.15. Em caso de perda total por roubo, furto ou acidente, a CONTRATADA deverá repor o veículo ou pagar a CONTRATANTE indenização, que será calculada pelo valor determinado do veículo na data de liquidação do sinistro.

11.16. A CONTRATADA permanece como única e total responsável perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e prestação no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

11.17. Em caso de acionamento de franquia, emitir a Nota Fiscal, no prazo 01 (um) dia útil após autorização do serviço, com o detalhamento da franquia acionada, a ser entregue ao executor do contrato formalmente designado pela SES.

11.18. Prestar esclarecimento que forem solicitados pela CONTRATANTE, a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

11.19. Prestar assistência ao CONTRATANTE, quando solicitado.

11.20. A CONTRATADA deverá prover meios de atendimento telefônico, com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, para comunicação da Contratante em casos de abertura de sinistro.

11.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.22. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.23. Indicar o responsável para representá-la durante a execução do fornecimento decorrente do Edital;

11.24. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pela disponibilização de pessoal para execução do objeto deste Termo de Referência, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a contratante;

11.25. Providenciar identificação adequada para funcionários e técnicos prestadores de serviço à Contratante;

11.26. Responsabilizar-se por todos encargos, impostos, fretes e tributos para prestação do serviço à Contratante;

11.27. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Termo de Referência, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião de visita de apoio técnico;

11.27. Notificar a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando-lhe no prazo de sessenta dias contados a partir da data do registro de alteração, acompanhado de cópia autenticada da Certidão de Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

11.28. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;

11.29. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;

11.30. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;

11.31. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;

11.32. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

11.33. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal.

#### **Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual**

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.
- 12.3. Caberá o reajuste/repactuação de preços para a contratação de serviços continuados, observado o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017 - MPOG, conforme previsão no Edital.

#### **Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades**

13.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, conforme Decreto Distrital nº 26.851/2006 e alterações posteriores, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.2 Os administradores das empresas devem prestar declaração no ato da assinatura do contrato quanto a não ocorrência de nepotismo, sendo que em caso de inobservância da proibição, haverá suspensão de repasses até que ocorra a regularização, sem prejuízo da responsabilização dos envolvidos.

#### **Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução**

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, desde que não seja caso de rescisão unilateral do contrato.

#### **Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão**

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 daquele diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 e Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF).

#### **Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### **Cláusula Décima Sétima – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio de \_\_\_\_\_, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

#### **Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela SES/DF.

#### **Cláusula Décima Nona – Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

#### **Cláusula Vigésima – Do combate à Corrupção**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

### **ANEXO VIII**

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_/[NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE]

DECRETO DF Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006 (INTEIRO TEOR DO DIPLOMA LEGAL EM APREÇO NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=26851&txtAno=2006&txtTipo=6&txtParte=>)

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br)

---

00060-00458527/2022-20

Doc. SEI/GDF 120725613